

ESTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

OS RISCOS AMBIENTAIS FICARAM DE FORA NA REFORMA DE REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA DE BASEL III?



Resumo Executivo

O papel do sistema financeiro na economia e na sociedade como um todo é oferecer o crédito e a liquidez essenciais para a prosperidade das atividades humanas e econômicas, tanto no presente quanto no futuro. Em outras palavras, seu papel é financiar uma economia estável e sustentável. O papel dos reguladores do setor financeiro é o de garantir que as instituições não incorram em riscos que poderiam comprometer a estabilidade do sistema financeiro e ameaçar a estabilidade e a sustentabilidade da economia.

Após a crise financeira de 2007/2008, iniciou-se uma ampla reforma das normas do sistema bancário para “gerar um crescimento global sólido, sustentável e equilibrado”. Nesse mesmo período, os limites planetários da Terra - as fronteiras que, se cruzadas, poderão causar mudanças ambientais inaceitáveis para a Humanidade - enfrentaram pressões cada vez maiores, que representaram custos crescentes para a economia global. Os especialistas entendem que tais "riscos ambientais sistêmicos" estariam entre os maiores desafios enfrentados hoje pela Humanidade. Este estudo pretende avaliar se o Acordo de Capital de Basileia ("Basileia III") incorpora adequadamente os riscos ambientais sistêmicos no contexto de seu objetivo maior de estabilidade financeira.

Principais conclusões

A análise apresentada neste relatório sugere que o marco regulatório que hoje governa o sistema financeiro talvez não esteja sendo plenamente explorado. Os riscos ambientais sistêmicos estão sendo ignorados pelos supervisores do sistema financeiro, com algumas notáveis exceções.

Embora a História demonstre que existem correlações diretas e indiretas entre os riscos ambientais sistêmicos e a estabilidade do setor bancário e que há evidências de que esta tendência se tornará ainda mais acentuada e complexa na medida em que a Humanidade exceda mais limites planetários, o atual Acordo de Capital de Basileia não incorpora tais questões de forma explícita, mas apenas tangencialmente.

No entanto, este relatório também oferece uma visão das soluções ao nosso alcance, caso os reguladores e os profissionais do setor trabalhem juntos de forma proativa.

Diversos governos, sobretudo nos mercados emergentes, como o Brasil, a China e o Peru, já estão utilizando o marco regulatório para gerenciar tais correlações. Há oportunidades no âmbito do atual Acordo de Capital de Basileia para aprender com tais práticas e elevar os padrões internacionais de gestão de riscos sistêmicos.

Os reguladores também têm outros instrumentos à sua disposição, como políticas monetárias ou medidas que levem investidores de longo prazo a alocar capital em atividades ambientalmente sustentáveis.

Recomendações

1. O Comitê de Basileia deveria **reconhecer explicitamente os riscos ambientais** como fontes emergentes de riscos sistêmicos para os bancos e a estabilidade bancária, e seu crescente impacto sobre a estabilidade e a sustentabilidade da economia. Partindo desse princípio, ele deveria encorajar e apoiar os reguladores bancários para que eles trabalhem com os bancos no sentido da adoção de melhores práticas de gestão de questões ambientais, e que colem as informações necessárias e promovam uma análise que afine o entendimento do setor bancário sobre riscos ambientais sistêmicos e melhorem sua capacidade de gerenciá-los no futuro.
2. Os supervisores dos bancos deveriam, então, considerar a possibilidade de elaborar cenários futuros que avaliem possíveis impactos da oferta de crédito a atividades com diferentes graus de sustentabilidade ao longo do tempo, durante o teste de resistência dos bancos no âmbito da **Revisão da Autoridade de Supervisão/ Pilar 2**.
3. Os supervisores dos bancos deveriam avaliar a viabilidade de uma padronização internacional da forma como os bancos divulgam a sua exposição a riscos sistêmicos ambientais e como ela é gerenciada, no âmbito da **Disciplina de Mercado/Pilar 3**.
4. As autoridades financeiras nacionais deveriam considerar a incorporação de determinadas medidas a suas **políticas monetárias**, como aceitar que bancos ofereçam certos ativos "verdes" de qualidade como colaterais em operações de crédito junto aos bancos centrais, o que ajudaria os bancos a oferecer mais financiamentos a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis.
5. Os reguladores financeiros deveriam ter o objetivo de **encorajar mais investimentos em ativos "verdes" e outras formas de atividades econômicas ambientalmente sustentáveis**, uma vez que eles são os responsáveis pela supervisão das normas e dos padrões que permitem que os bancos e outras instituições financeiras utilizem instrumentos financeiros e estruturas de investimento simples e transparentes, o que viabiliza investimentos de longo prazo. Assim, por exemplo, títulos de ativos sustentáveis emitidos por estruturas transparentes e simples poderiam expandir os investimentos de longo prazo em créditos "verdes" e os ativos associados a eles.
6. Finalmente, seria necessário um esforço muito maior para garantir que todas as agências e órgãos do governo combinassem suas **políticas e regulamentações financeiras e ambientais** na elaboração, na implementação e no controle de suas decisões.

Próximos passos

Estas conclusões e recomendações têm implicações evidentemente profundas. Será necessária uma análise mais detalhada da viabilidade de sua implementação. O Cambridge Institute for Sustainability Leadership (CISL) e a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (em inglês, United Nations Environment Programme Finance Initiative – UNEP FI) estão engajados na promoção de um processo internacional e multidisciplinar nesse sentido. Este incluiria o aprendizado das lições oferecidas pelas autoridades nacionais que deram os primeiros passos de liderança nesse processo e já estão trabalhando com as organizações que atuam nesse mercado para determinar que papéis elas deverão desempenhar no futuro.

O relatório completo pode ser baixado nos websites do CISL e da UNEP FI: www.cisl.cam.ac.uk www.unepfi.org.

Para mais informações:

Andrew Voysey, University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership

Careen Abb, UNEP Finance Initiative

Este relatório foi possível graças a uma parceria da Banking Environment Initiative (BEI), formada pelo CISL, e a Comissão de Bancos da UNEP FI, com apoio adicional da Bloomberg LP. Ela foi elaborada pelo professor Kern Alexander, Diretor de Direito e Finanças da Faculdade de Direito da Universidade de Zurique e pesquisador do CISL. O professor Alexander coordena a equipe de pesquisa da Universidade de Zurique que inclui Thomas Strahm e Alexandra Balmer. As opiniões expressas neste relatório são de responsabilidade exclusiva do autor e não representam uma posição oficial do CISL, da BEI, da UNEP FI ou de qualquer um dos seus membros individuais.



em associação com

